

15 A INFORMATIZAÇÃO DA SOCIEDADE E O NOVO PAPEL DO ESTADO

FÁTIMA PACHECO JORDÃO

Este artigo procura discutir um ângulo específico dos estudos relacionados aos meios de comunicação, aquele que se refere ao processo de adaptação e evolução do sistema de mídia, através da multiplicação de veículos que buscam segmentação no mercado de audiências, substituindo progressivamente o modelo de emissões hegemônicas para audiências massivas e indiferenciadas por um modelo de maior sintonia entre veículo e sua audiência potencial.

Nesse sentido, procurarei estabelecer uma relação entre esse processo e as novas configurações de opinião pública, em alguns momentos específicos de acontecimentos recentes que tive a oportunidade de pesquisar mais intensamente por conta do meu trabalho empírico de pesquisa na área da comunicação política.

Acredito que o enfoque deste ensaio se enquadra naquele princípio que Castells define como “participação cidadã”.¹ Sem essa participação, diz Castells, “não haverá legitimidade e, por conseguinte, qualquer forma de intervenção estratégica do Estado terá o perigo de não ser entendida por seus cidadãos”. Nesse sentido, pretendo apontar alguns indicadores de como estaria se dando no Brasil essa relação entre intervenção estratégica do Estado e participação da cidadania.

Alguns dados sobre a mídia brasileira devem ser destacados a fim de configurarmos mais concretamente a dinâmica dessa transição, que coincide com

1 Ver artigo de Manuel Castells: “Para o Estado-Rede? Globalização econômica e instituições políticas na era da informação” neste volume.

outro processo, que é o da estabilidade monetária e da redefinição do potencial de consumo de largas parcelas da população.

A principal fonte de financiamento da mídia provém de investimentos publicitários – e estes deram um salto recentemente. Cresceram 61% em valor entre 1994 e 1996. O Brasil passou de 12º mercado publicitário para o 5º lugar no contexto mundial.² Entre 1993 e 1995, as tiragens totais de jornais e revistas cresceram 10% ao ano.

Mas o movimento mais interessante foi a crescente incorporação de audiências de baixa renda ao sistema de mídia: a Marplan – instituto tradicional de pesquisa de mídia – nos informa que, entre 1993 e 1996, a audiência regular de televisão cresceu de 38% para 54%, no segmento de mais baixa renda (definido como classe E, representando 3% do universo pesquisado e que engloba a população das nove principais regiões metropolitanas brasileiras). Em pesquisas qualitativas que realizamos com população de baixa renda, a referência a leitura de jornais e revistas é cada vez mais freqüente. Os números mais recentes da Marplan indicam que um em cada quatro brasileiros da classe E, que moram nas grandes metrópoles, é leitor de revistas ou jornais.

A esse movimento de novas abrangências de audiência corresponde, ainda que em proporção menor, um aumento da diversidade de conteúdos editoriais e uma flexibilidade maior de pontos de vista veiculados pela mídia. Houve, nos últimos dois anos, por exemplo, uma sensível revisão editorial dos programas jornalísticos e informativos da televisão e uma forte redistribuição de audiências. O “Jornal Nacional”, por exemplo, perdeu nesse período um terço de sua audiência tradicional. No rádio, emergiu uma rede nacional exclusiva de notícias e entrevistas, deslocando a audiência de emissoras tradicionais de informação. É notória também a expansão de rádios e TVs regionais ou comunitárias.

A esse quadro se agrega uma nova postura dos movimentos sociais em relação à mídia. Recentemente, realizamos uma pesquisa com lideranças femininas que atuam em bairros carentes do Rio de Janeiro e de São Paulo e observamos que a maioria das entrevistadas demonstrava facilidade e traquejo para acionar e agendar os mais importantes veículos de massa dessas cidades. Ao mesmo tempo, elas são constantemente procuradas para entrevistas e para a busca de informações, personagens ou de perfis de moradores para a realização de reportagens.

Uma mulher que é liderança de uma associação de bairro no Rio de Janeiro e que é muito procurada pela mídia nos disse: “Hoje eu falo para o

2 *Meio e Mensagem*, 24.2.1997; e *Mídia Dados*, 1996.

Brasil a qualquer hora. Meu pai sempre me vê, lá em Manaus”. Ou seja: cada vez mais, esses setores organizados vão ampliando seu espaço na esfera da comunicação. E, ao mesmo tempo, desenvolvendo uma percepção bastante peculiar das ações do Estado, sobretudo naquelas áreas que afetam diretamente o seu cotidiano.

Entre organizações não-governamentais e associações como essas com que mantivemos contato em São Paulo e no Rio, envolvendo populações de baixa renda, a estimativa é de que existam hoje 45 mil entidades desse tipo em atividade em todo o Brasil, boa parte delas com acesso à mídia de massa e já familiarizada com seus códigos.

São crescentes as publicações e programas de treinamento de mídia para lideranças de movimentos sociais e sindicais, sem falar em estudos e pesquisas produzidos internamente e especificamente orientados para melhorar o entendimento e acesso de segmentos populares à mídia.

Nesta breve discussão descreverei em linhas gerais como foram percebidos, especialmente pela população de renda e escolaridade mais baixas, discursos eleitorais, governamentais ou institucionais em alguns momentos de inovações e transformações tanto do cotidiano como do cenário político do país, e que tivemos a oportunidade de acompanhar por meio de pesquisas de opinião, tanto quantitativas como qualitativas.

O pressuposto que costura essa apresentação de dados é a seguinte hipótese: os segmentos de baixa renda têm uma percepção muito mais abrangente e informada sobre os processos de mudança do que as elites, os partidos políticos (mesmo os partidos de esquerda) configuram para elas. Há uma subestimação por parte das elites sobre o elenco de informações de que cidadãos, eleitores ou consumidores dispõem para construir sua percepção de novos cenários que despontam.

A própria mídia, em processo de busca de sintonia fina com suas audiências, não percebe, em algumas ocasiões, a prontidão da sociedade para as mudanças que vêm ocorrendo nessa fase ainda de transição da democracia.

Alguns exemplos são marcantes. Um deles foi a implantação, em 1991, do Código de Defesa do Consumidor. As elites dirigentes – e aí se incluem associações empresariais, publicitários, especialistas de *marketing* e comunicadores – achavam que o Código cairia entre aquelas leis que “não pegam”. Ignoravam o acúmulo de informações e o equipamento que amplos setores de consumidores já tinham adquirido por meio de movimentos organizados, do funcionamento de órgãos governamentais, como os Procons, e da pedagogia avançada por empresas mais modernas ao longo da década anterior. O Código de Defesa do Consumidor entrou em vigor na data prevista, foi imediatamente assimilado pela comunidade e produtores e comerciantes tiveram que improvisar apressadamente as adaptações exigidas pelas novas regras.

Mais recentemente, o novo Código de Trânsito suscitou uma série de reações adversas, incluindo órgãos públicos reguladores, como os Detrans, que tentaram protelar sua vigência. Alguns argumentos, como no caso do Código do Consumidor, foram na direção de que a sociedade não estava preparada para as novas medidas. Outros comentários evidenciaram um viés conservador e negativista, tendendo a interpretar o Código como exageradamente rigoroso nas punições, quase que um meio de, com as multas, criar novas fontes de arrecadação. Falou-se muito em “indústria das multas”, como se falou também que o motorista brasileiro não se adaptaria a um código descrito como “de Primeiro Mundo”.

Esses setores que costumam resistir a essa linha de inovações e aperfeiçoamentos não percebem que existe, de fato, uma prontidão da sociedade para absorvê-los. Como houve, por exemplo, no processo de introdução de grandes mudanças no sistema de trânsito de Campinas, que acompanhamos em 1995. O monitoramento da opinião pública evidenciou claramente que havia uma forte demanda por regras de disciplina mais definidas e por padrões de convivência mais civilizada nas ruas da cidade. A população de baixa renda percebeu claramente a repercussão positiva dessa reforma sobre o sistema de transporte público da cidade, mesmo antes de ser implantada.

Há quatro anos, na transição do cruzeiro para o real, as pesquisas de opinião detectaram muito claramente a rapidez com que a população de baixa renda mudou, mediante o manejo de duas moedas, sua percepção da natureza da inflação e da precariedade de sua neutralização apenas pelo reajuste salarial.

O ganho com a estabilização da moeda, em contraposição à incessante busca de reajuste salarial, foi aprendido no cálculo cotidiano do valor da URV. Como disse uma participante de um dos grupos de discussão em São Paulo: “agora dá para ver que é o dinheiro que desaparece e junto com ele vai o salário”.

Esse processo pedagógico foi fortemente reforçado pelo discurso governamental, por meio das falas do ministro Rubens Ricúpero, percebido como de solidariedade ao cidadão – o que é raro em discursos governamentais.

Também de pesquisas que fizemos naquela época, pudemos captar a percepção de uma dona de casa diretamente influenciada pela pedagogia do governo. Ela disse: “Quando eu pegava aquele saco plástico para pesar, ele parecia grande demais. Eu tinha vergonha de pesar só duas batatas. Agora eu compro pouco, só o que eu preciso mesmo. Fiz como o ministro falou”.

Setores das elites e lideranças políticas importantes (sobretudo de esquerda – e isso ficou patente na campanha eleitoral) não se deram conta de que a população de baixa renda percebera o valor da estabilidade de sua

moeda mesmo antes de poder conferir na prática seus benefícios em relação ao consumo.

Mas essa mudança de atitude não se manifesta apenas nas questões do cotidiano e do bolso das pessoas. Ela aparece também na avaliação das questões políticas e do desempenho dos homens públicos, parlamentares e governantes.

Em 1992, no período da intensa cobertura de mídia da CPI do *impeachment* do presidente Collor, ocorreu uma revisão de atitudes da população em relação à corrupção na área pública. A corrupção era desde sempre repudiada por razões éticas ou por censura moralista, mas era também vista como um componente inevitável do cenário político. A questão se diluía na percepção popular expressa na convicção de que “todos os políticos roubam”. E, como decorrência, na avaliação de eficácia de um ou outro governante, cunhou-se a conhecida expressão “Rouba, mas faz”.

A mudança de atitude em relação à corrupção no setor público, que começou com a CPI do *impeachment*, foi depois reforçada com a CPI dos anões do orçamento – com uma diferença importante: a percepção da corrupção ganhou um novo componente que a tornou disfuncional para o eleitor. Isso porque largos segmentos da população perceberam a conexão entre a malversação de verbas e o não funcionamento dos serviços públicos. O roubar, na esfera pública, passou a embutir também a impossibilidade de realizar obras ou serviços, ou pelo menos o risco de não realizá-los com eficácia.

Justamente nas questões ligadas à corrupção na área pública que a mídia tem apurado sua sintonia com audiências e tem conseguido as *performances* mais espetaculares. E é por meio dela, e não de setores políticos de oposição, que têm chegado ao conhecimento do público escândalos como o dos precatórios, por exemplo.

Nesse mesmo caminho estão as exposições de deficiências de governos e de setores de administração, material de mídia fortemente alimentado por queixas de usuários insatisfeitos. Num caso e no outro – corrupção ou incompetência –, estão aí dois processos poderosos de corrosão de legitimidade de poderes que Castells aponta. E é aqui que a questão da participação cidadã nas intervenções estratégicas do Estado – no nosso caso, a reforma do próprio Estado – se encaixa nas reflexões que estão sendo feitas por boa parte dos intelectuais e em particular no Seminário Sociedade e Reforma do Estado. Alguns indicadores sugerem que existe, na opinião pública, uma tendência a perceber quase que uma situação de impotência dos governos neste momento, em nosso país. Parecem-me muito eloqüentes os números de uma pesquisa Vox Populi publicada em março de 1998. Eles mostram uma visão de inação e ineficiência do Estado em suas áreas específicas de atuação: ações para enfrentar o problema do desemprego, juros altos, impostos em excesso,

sistema de saúde deficiente, miséria no campo, má qualidade da escola pública, controle de drogas, situação dos aposentados, violência e criminalidade, sujeira e trânsito congestionado nas cidades. Para todos esses problemas, a grande maioria dos entrevistados respondeu que não considera que os governos estejam buscando soluções.

Podemos perceber que a avaliação negativa atinge indistintamente o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras. Essa percepção adversa coincide com um período de transição em que a reforma do Estado implica redução da presença do Estado em algumas áreas de atividade – o que a sociedade tende a aprovar, ao manifestar sua concordância com o processo de privatização de estatais. Mas ela não vê a contrapartida desse novo papel do Estado, que seria o aumento de sua eficiência nos setores que lhe dizem respeito diretamente, principalmente educação, saúde e segurança.

Nesse contexto, para a opinião pública, o Estado estaria abdicando de suas responsabilidades específicas nas áreas sociais. Ela teria dificuldade, por isso, para aderir a um projeto de reforma cujos benefícios ainda desconhece e cujos contornos gerais, por enquanto, se limitariam às sempre anunciadas e nem sempre efetivadas demissões de funcionários públicos.

Voltando à hipótese que procurei sustentar sobre a prontidão — subestimada pelas elites — de largos setores da população para mudanças institucionais, concluo este texto não com afirmações categóricas, mas com questões e sugestões que merecem mais tempo e reflexão, bem como de mais interação com o leitor.

Não estaria ocorrendo um processo em que setores mais amplos da população poderiam assimilar as vantagens e a urgência das reformas do Estado se a eles fosse dirigido um conjunto de informações pertinentes e consistentes?

Neste déficit de informação para segmentos mais amplos sobre a reforma do Estado não estaria embutido um viés de desqualificação da capacidade cognitiva dos segmentos populares?

Não estaria havendo ausência de discursos sobre o tema que articulassem argumentos mais claramente solidários com a população, ou partir de sua lógica de interesses (e não aparentemente do Estado)?